

A COR DESSA CIDADE: REFLEXÕES DO 3º MILÊNIO¹

Marcos Rodrigues²

RESUMO

Esse trabalho apresenta a discussão sobre o preconceito de cor na cidade de Salvador, levando em consideração os aspectos do seu povoamento, da mestiçagem e da política colonial da estrutura de classes. Os fatos sociais, políticos e econômicos se alimentaram de uma população sem prestígio aos olhos da classe dominante, que sempre manobrou para manter benesses e privilégios. A cor da cidade é vinculada a uma série de classificações e dados que anula as relações de identidades e agrava a questão do preconceito e da discriminação.

Palavras-chave: Preconceito. Mestiçagem. Identidade.

ABSTRACT

This work presents a discussion about racial prejudice in the city of Salvador, taking in consideration the aspects of its settlement, of the racial mixing or miscegenation and of the colonial politics of class structure. The social, political and economic realities were sustained by a population without prestige in the eyes of the dominant class that continually strove to maintain its goods and privileges. The color of the city is linked to a series of classifications

¹ A primeira versão desse trabalho foi apresentada no III *Seminário Preconceito na Fala, Preconceito na Cor*, em Salvador (BA), em maio de 2010.

² Bacharel em Comunicação. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jmbr@bol.com.br

and statistics that negate the relations of identity, worsening the debate of prejudice and discrimination.

Keywords: Prejudice. Mestizaje. Identity.

Para falar de preconceito numa cidade, como Salvador, é preciso começar falando de mestiçagem, supostamente o principal componente do que conhecemos como etnicidade, depois da migração, nesses quatro séculos de diáspora. Através de alguns autores (RODRIGUES, 2008; AZEVEDO, 1996; RISÉRIO, 2004), sabemos da chegada de uma população negra na Bahia, desde o início da colonização. Por conseguinte, atualmente com cerca de três milhões de habitantes, a capital baiana e seus arredores, antigo habitat indígena, depois área de colônia de africanos e outros imigrantes, se firmou como cenário da mestiçagem. Os valores positivos ou negativos desse fenômeno se refletem no nosso cotidiano pleno de situações conflituosas e dissimuladas, como legado de uma política de estereotípias e preconceito de qualquer ordem que atravessa as fronteiras do tempo sem limite.

A mestiçagem, na cidade baiana, teve início com a relação entre europeu e indígena, mais tarde adicionado o africano. É sabido que o caboclo foi o primeiro mestiço brasileiro, obra-prima construída por Caramuru com várias mulheres indígenas, pouco antes da colonização, apesar de ter se casado com Catarina Paraguaçu. Em seguida, implantado o Governo Geral, vieram os cruzamentos genéticos e culturais da população, como aponta Risério (2004, p. 103):

A sociedade que se formou na Cidade da Bahia e seu Recôncavo, ao longo do século XVI, foi uma sociedade em processo contínuo de mestiçagem, apesar de todas as desigualdades existentes entre os grupos que a constituíram. A estruturação social que ela exibiu decorreu, logicamente, do próprio caráter da agricultura escravista. Para falar em termos esquemáticos, os grupos sociais se dividiam numa minúscula camada privilegiada, formada pelos senhores de escravos; num setor intermediário numericamente mais significativo, onde vamos encontrar lavradores, mercadores e artesãos; e na massa de seres humanos reduzidos à escravidão.

Por volta do século XVI, a cidade de Salvador passou a receber gente de diversas origens e origens. Ali começava a se desenhar o primeiro retrato da sociedade baiana tipicamente colonial, com estrutura patriarcal e economia escravista, de acordo com os moldes do reino português. Sob o brilho de um sol tropical, parece causar inveja a muitas outras cidades a beira-mar por ter o privilégio de nascer na praia. Uma praia que atraiu diversos grupos para formar o seu contingente populacional. A vinda de forasteiros dispostos a desbravar o novo espaço e estabelecer um Estado político marca o fim de toda uma paisagem natural.

Com um olhar atual, o interesse desse trabalho é fazer uma leitura do preconceito de cor na capital baiana desde a chegada dos colonizadores portugueses que decidiram se instalar num ambiente acidentado, amplamente delineado por vales e encostas. A cidade da Bahia passou a receber todos aqueles que se dirigiam aos trópicos para desfrutar do paraíso, o qual prometia melhores condições de vida aos exploradores dos recursos naturais, na condição de capital da coroa portuguesa na América do Sul. O povoamento foi crescendo pelo litoral, na privilegiada região do Recôncavo, em torno da Baía de Todos os Santos, o que muito facilitava a política de importar escravos e exportar produtos como açúcar, fumo e madeira.

Era o tempo próspero da mão-de-obra escrava e da preciosidade do açúcar. A cidade de Salvador nasceu mestiça e se expandiu através da mestiçagem. Isso é fato. Com o tempo, o contingente branco se aglutinou na terra já habitada por nativos, como indicativo de uma mistura populacional. A leva de africanos veio colorir o cenário do que mais tarde alguns apelidaram de democracia racial. Do jeito que nos contaram no período de formação escolar, parece que tudo ocorreu na mais perfeita harmonia, segundo a inocência dos livros didáticos. Contudo, esse povoamento colorido foi resultado de uma mestiçagem, algumas vezes, negociada entre os grupos étnicos acasalados, fosse na casa-grande, na senzala ou no quilombo, ou em muitos casos, violenta.

Houve o tempo em que a população negra muito sustentou a economia do açúcar para adoçar o paladar europeu. Invisível culturalmente, era impedida de exercer suas manifestações em público. Também era proibida de frequentar a escola, inclusive pela constituição imperial de 1824 e, assim, o Estado moderno republicano decidiu mantê-la à margem da nova fase da história brasileira. Em tempo, é uma doce ingenuidade negar a existência do preconceito de cor na cidade de Salvador, inclusive, em pleno século XXI. Os comportamentos são outros, mas a mentalidade segue a mesma do período colonial, do preconceito herdado do colonizador português. A modernidade adotou a ética europeia para manter o quadro desigual no mundo colonizado. Hoje, civilizados pelo opressor, vivemos uma escravidão mental. Numa cidade como essa, o preconceito está na água, na terra e no ar, seus elementos básicos desde o princípio.

O cenário globalizado foi construído desde as alterações dos ciclos econômicos em atendimento aos interesses internacionais, apoiado no contingente humano em condição subalterna estigmatizado pela cor da pele. Salvador era o principal porto do hemisfério sul ocidental para escoamento da produção de açúcar e fumo. Era a capital econômica da América portuguesa fora da Europa até o século XVIII. Mas, é bom dizer, as alterações econômicas do mercado interno só se deram mediante pressões das potências estrangeiras, pouco afetando a condição servil da população escravizada. A vida social da cidade transpirava a inquietação de um cotidiano bastante movimentado pelo forte comércio entre os senhores de escravos. O sistema de manobras e acomodação tinha um sentido de manter o quadro lógico da exploração. Esse clima de confronto era quebrado pelas visitas de viajantes estrangeiros, pelas festas e procissões católicas, além das manifestações isoladas da população escravizada.

Apesar da sua importância comercial atlântica, é bom lembrar que Salvador sofria o desinteresse da classe dominante em investir na área das ciências humanas e sociais. Embora fosse o tempo da escrita, a comunicação à distância era viabilizada através do recado oral ou do envio de cartas oficiais ou desenhos e sinais que pudessem vencer

a barreira linguística entre os envolvidos na mensagem. Portanto, a cultura letrada era para os poucos vindos da corte. Logo, não é difícil perceber a razão do retardamento intelectual da população, ainda mais num ambiente de relativa luxúria e disputa entre escravos e senhores de escravos e o tráfico clandestino de pessoas. É bom dizer que não havia um plano de desenvolvimento educacional durante a colonização.

Nesse momento de reflexão, é impossível falar da existência da cidade, da sua trajetória, do seu crescimento, da sua importância histórica, sem mencionar a política do preconceito arraigada na classe dominante, ainda em vigor. De nada valeria toda a pompa para exaltar o valor de Salvador, com quatro séculos e meio de existência e status de primeira capital do país, omitindo a imagem e referência daqueles que realmente fizeram e sustentaram a sua vida socioeconômica. Desde a colônia, já se faziam notar os africanos e seus descendentes como maioria da população. Na verdade, essa camada popular, discriminada, considerada inferior, muitas vezes ignorada, testemunhou as diversas transformações urbanas, dando a sua contribuição através da resistência e do trabalho, fosse na esfera doméstica ou na rua.

Embora marginalizada, a população negro-mestiça acompanhou a construção gradativa da Avenida Sete de Setembro, a demolição do Teatro São João e da Igreja da Sé, o crescimento da Cidade Baixa e as transmissões das primeiras emissoras de rádio.

Atributos da cidade

Salvador é a cidade mais negra fora da África. Lembra Bacelar (2001, p. 125), “a Roma negra, a mais africana das cidades brasileiras”. Tem o maior legado cultural de origem africana do país. Durante três séculos e meio foram trazidos para cá, mais de um milhão de africanos. Graças ao tráfico iniciado por Tomé de Sousa entre a África e a costa do continente americano, teve prosseguimento a mestiçagem da população brasileira, objeto de tanto orgulho para alguns que chegaram até mesmo a criar a política do branqueamento. Foi na primeira capital do país que começou a violência racial portuguesa. As identidades

foram dando lugar a práticas sociais de discriminação a partir da cor da pele. Preto, branco, pardo, mulato, sarará, caboclo, moreno, jambo, cabo-verde, dentre tantas outras qualificações, afinal qual a cor dessa cidade?

Procurando entender a dinâmica social das pessoas negras e mestiças, Azevedo (1996), conseguiu enxergar, em Salvador, o maior exemplo de harmonia racial do país. Seu estudo é fruto de uma pesquisa contratada pela UNESCO, sobre a participação desses grupos na estrutura de classes, no início dos anos 50. O autor reconhece o alto índice de negros na capital baiana e o fato da mesma ter sido, no passado, um grande centro importador de escravos. Porém, a sua visão civilizatória chegou a classificá-la como a cidade mais européia do Brasil, haja vista a sua organização arquitetônica e urbana. Quanto aos tipos étnicos, o elemento básico é a cor da pele para classificar as pessoas. Além das categorias acima mencionadas, o caldeirão de cores foi ampliado com a chegada de imigrantes europeus (espanhóis, italianos, alemães, austríacos, etc.) e árabes. Para os mais distraídos, um mínimo de tensão rondava a convivência entre europeus, árabes e africanos. Dessa forma, os descendentes de escravos não dispunham de garantias de cidadania plena. A honra de suas tradições culturais não tinha espaço perante a organização social estabelecida pela política do Estado.

Há uma crise identitária nessa cidade, às vezes negada ou omitida, em que se fazem sentir apenas os valores referentes a apenas um grupo étnico em detrimento de todos os outros que nela aportaram e contribuíram na luta política, desaparecendo logo depois. Foram muitos os grupos que chegaram a Salvador involuntariamente. No primeiro ciclo, vieram os africanos da região conhecida como Bantu, que foram espalhados pelas lavouras a fora. Em seguida, vieram os da área sudanesa, que tiveram o privilégio de ficarem mais concentrados nas áreas urbanas. A cidade se tornou um cenário em que a relação escravos e senhores de escravos era a tônica do período colonial. Negros para todos os lados falando línguas diferentes, além do português crioulo aprendido na luta do dia-a-dia da casa grande, da

senzala, da rua e do eito. Bacelar (2001, p. 126) reforça que “Salvador tornou-se literalmente uma cidade africanizada”.

Os permanentes conflitos, até mesmo sutis, entre brancos, pretos e mulatos, confirmam a existência do preconceito, a exemplo do que observamos também na literatura. A pele mais clara é motivo para alguém não se sentir negro e inimigo da luta contra a discriminação, sempre empurrada para baixo do tapete. Enquanto isso, os descendentes de escravos a correr atrás da maldita reparação para ascender socialmente. O preconceito de cor é um elemento que permeia a trama do romance *Tenda dos Milagres*. Dentre outros romances, esse livro de Jorge Amado (1987) relata os obstáculos apresentados pela Faculdade de Medicina contra o ingresso do mulato Pedro Arcanjo para ser professor. Há, também, uma passagem sobre uma jovem que adota a estratégia de namorar escondido do pai porque o pretendente era um mulato. Assim, percebemos uma série de confrontos entre pessoas que, num grande cenário de guerra, a maior arma é a discriminação.

De acordo com Azevedo (1996), a mestiçagem torna-se um problema quando atinge o espaço estrutural da elite que se sente superior e intocável. Segundo Donald Pierson (apud AZEVEDO, 1996, p. 67), o conflito se dá mais pela classe do que pela cor da pele. Portanto, fica difícil esconder a existência de uma crise que leva o indivíduo a ir de encontro à condição do outro por comodidade social ou simples privilégio.

Situações geradoras de preconceito são fatos rotineiros em Salvador. O retrato imediato dessa observação está diretamente ligado aos meios de comunicação, à ação da polícia e ao mercado de trabalho. Esses três setores se constituem os pilares exatos da política do preconceito de cor. As recentes pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) demonstram certa estabilidade em relação ao mercado de trabalho na cidade. Ser desempregado e de baixa renda tem uma cor que define as relações de trabalho no país. Conforme a difusão das estatísticas, a população negra trabalhadora tem uma faixa salarial abaixo da metade do que recebe a população

branca. E o que é pior, algumas vezes, trabalha sem carteira assinada, não concluiu o ensino fundamental ou está fora da escola. O índice de ocupação dos negros é menor em relação à população de brancos depois de 120 anos do decreto oficial que extinguiu a escravidão. Por conseguinte, há mais de um século que a população negra luta por uma reparação, por uma sonhada igualdade social para transformar essa condição subumana, caracterizada com persistência pela exclusão.

A cor de uma maioria produtiva

Viver em Salvador significa contribuir com a magia de assumir uma herança histórica. Formamos um contingente único capaz de impressionar o olhar estrangeiro mais distraído do planeta, mas nem sempre do seu conterrâneo. A maioria visível (?) da cidade é da cor de uma gente que sempre lutou contra a opressão e a falta de oportunidades que, mesmo quando existentes, são usurpadas. Mesmo aqueles não nascidos em seu berço e vieram para cá atraídos por algum motivo ou necessidade, tornam o lugar interessante, mas sem camuflar o seu lado cruel. É bom não esquecer que, embora sejamos uma minoria social e econômica, somos uma maioria produtiva. Portadores de conhecimento sobre um solo, “onde se plantando tudo dá”, desconhecemos o fruto dessa produção direcionada apenas para uns, ainda como no tempo do açúcar.

Vivemos num Estado chamado Bahia, onde as relações sociais sempre foram marcadas pela discriminação e pelo preconceito de cor. Não é difícil perceber o desprezo pela participação da população negro-mestiça nos diversos contextos sociais, principalmente quando o assunto é decisão política. A experiência escolar em todos os níveis nos mostra claramente que há uma classe dominante sempre à frente dos grandes fatos históricos em detrimento das camadas populares. Portanto, percebemos que Salvador é uma cidade que desconhece suas relações interétnicas, subjetiva a visibilidade das populações negra e indígena e dilui as marcas dos pilares humanos que sustentaram a

economia nos seus vários ciclos. Somos apenas negros e mestiços com valores virtualizados.

É preciso rever a relação entre comunicação e história desde os primórdios da vida humana, através de uma leitura crítica permanente. Não podemos fechar o parêntese da escravidão porque foi dela que assumimos todos os maus hábitos da vida moderna num movimento político marcado pela traição, pela troca de favores e pela negociação. Com técnicas aprimoradas, antes com a escravidão, agora com neoliberalismo, percebemos a continuação de uma política social excludente e por extensão, alienante. Seria interessante uma leitura da relação entre o papel dos meios de comunicação e a real construção de valores humanos, num processo dialético, levando em conta uma política reparadora somada à participação popular nos fatos históricos.

Na contramão de uma história fragmentada, Salvador possui uma trajetória de baú secreto que pouco a pouco vem se mostrando na reparação das invisibilidades étnico-sociais. Apesar da pouca importância dispensada, inclusive às comunidades remanescentes de quilombos, a oralidade ainda resiste como único elemento da comunicação que faz uma história popular muito sabidamente ignorada pela sociedade dita civilizada. A oralidade sempre resistiu nas comunidades indígenas e de origem africana, que mantêm suas histórias arquivadas na memória, passíveis de registro e enfoque mais dignos. É importante ressaltar a sua tarefa social de contribuição como legado cultural na organização física da cidade. Todos têm importância, têm sobrenome, família, dignidade. As relações sociais de resistência têm grande responsabilidade nisso. Afinal, qual é a cor dessa cidade?

Sabemos que não é de hoje que as elites na ex-colônia portuguesa e, hoje, na república brasileira, sempre adotaram a política do mau-trato e da submissão ao africano escravizado e seus descendentes. A possibilidade de instrução da população negra estava descartada desde o Império por ser considerada incapaz pela classe opressora. Em nenhum momento passava pela cabeça de um colono o fato real de alguém, na categoria inferior da sociedade escravista, saber ler, escrever

e contar, ainda mais em árabe, uma língua completamente fora dos seus domínios. Se no período escravo, o negro era tratado como coisa, como mercadoria, jamais poderia pensar ser, um deles, algum produtor de conhecimento, muito menos dominar a escrita. Entretanto, vejamos o que diz Azevedo sobre isso:

A existência de tanta gente de cor em sua terra não constitui uma preocupação de que falem frequentemente ou uma inferioridade para os baianos. Os livros didáticos adotados nas escolas primárias e secundárias, os políticos em suas campanhas, os pregadores nos sermões, os jornais diários em editoriais e notícias referem-se à valiosa contribuição dos escravos africanos para a economia brasileira e exaltam os traços de personalidade como a “bondade natural”, a doçura, a resignação com que os mesmos enriqueceram a psicologia do povo (AZEVEDO, 1996, p. 55).

A história da população negro-mestiça brasileira é constituída de heróis vencidos. Esses raramente aparecem no primeiro plano da historiografia nacional. Alguns trabalhos buscam fazer essa reparação, mas atende parcialmente ao universo do contingente mantido sob o signo do obscurantismo. Vejamos o exemplo de Luís Gama. Pela documentação conhecida, é considerado filho de Luiza Mahin, negra nagô, livre, pequena comerciante, também de biografia obscura, participante de vários movimentos nativistas. Uma das vozes do abolicionismo (QUEIROZ, 1987), sua trajetória necessita de esclarecimento em algumas passagens, principalmente no início de sua vida, quando foi vendido como escravo pelo pai, supostamente um aristocrata português. E quantos outros mais tiveram o mesmo destino?

Alguns nomes são de grande importância para a atualidade. Certamente, por serem não-brancos e não atenderem aos padrões de estereótipo da estrutura social, entraram na galeria do esquecimento, o que deixa a população herdeira vulnerável, carente de referências, num contexto já tão ambivalente. Se somos obrigados a lembrar aqueles que se tornaram ilustres, inclusive com datas históricas marcadas por

seus atos, comemorações etc., por que não podemos trazer à luz do conhecimento aqueles que tanto ajudaram a sustentar a estrutura política e econômica dessa cidade?

A cor de gente bonita

A televisão e a internet encurtaram o tempo e a distância, romperam fronteiras. Como destaque, apesar da evolução e da modernidade, os elementos de composição social (leia-se antes, colonização e degradação humana; hoje, globalização e exclusão) sempre geraram o conflito de classes. Por extensão, o controle editorial, a censura econômica, as manobras em torno das manifestações culturais da população negra tornam híbrido o modo de ser da gente mestiça na cidade. Um sistema político globalizado vigilante mantém na mira os diversos segmentos negros, sem permitir um protagonismo midiático. Quem aparece com mais frequência nas entrevistas? Quem está nas capas das revistas e dos jornais com dignidade? Se não for pelo futebol ou pela música, o lucro com essa comunicação é ínfimo.

Não raro, vemos nos noticiários culturais da cidade a descrição de ambientes de festa com a presença de gente bonita. Para o bom leitor de imagens não é difícil entender o conceito do que seja gente bonita revelada pela mídia. Pode ser a tradução do que Foucault (2004) chama de disciplina do discurso que fixa os limites de uma identidade sempre a buscar a atualização de suas regras. Para Muniz Sodré (1998), isso se traduz como racismo midiático a partir dos fatores da negação, do recalçamento, da estigmatização e da indiferença profissional.

O que acontece na periferia da cidade está fora em foco. O que está fora de foco é anulado. E por falta de planejamento, da elaboração de planos de ação rigorosos, subsistimos à margem ou na geral das platéias, aplaudindo de boca aberta os espetáculos do poder de pouca ligação com nossos hábitos. Claro, fomos educados para ignorar nossas referências. Assim, nos restam essas necessidades culturais subdesenvolvidas, resistentes, em busca de uma luz que

muitos nem sabem quando acenderá. A observação de Azevedo (1996, p. 67) confirma que “A maioria das pessoas de cor vive, como toda a classe baixa, em bairros pobres nos contornos da cidade ou em pequenos aglomerados de casas modestas intercaladas nas áreas residenciais das classes mais altas [...]”. Com uma participação efetiva, embora esquecida pela historiografia convencional, africanos e seus descendentes fizeram parte de um contexto singular da dinâmica dessa cidade atlântica que continuou com a sua função portuária, hoje, também, histórica, musical, turística, mágica e tropical.

Impossibilitada de penetrar o mercado de trabalho pelas vias tradicionais, a população negro-mestiça tomou um novo caminho nos últimos 30 anos, com relativo êxito social. O discurso de uma nova estética e a força da recriação musical lhe dá uma força política no carnaval. A onda dos blocos afro traz uma ideologia pela via da cultura. Porém, a indústria cultural já cooptou essa ideologia, tão negociada e ambivalente, porque o carnaval também tem cor. A comunidade negra de Salvador tem recebido a migalha de ser destaque apenas no carnaval. A estratégia de vencer tem sido visível apenas pela musicalidade.

Aos mais otimistas que querem camuflar, dissimular, negar a existência do preconceito e procuram criar obstáculos diversos a uma reparação digna e justa, negar o preconceito de cor é uma tarefa no mínimo ingênua. Por outro lado, reconhecer a discriminação exige uma postura política de superação em torno desse mal que se entranhou na população como um câncer e tornou Salvador uma cidade intolerante.

Ao retomar alguns pontos dessa discussão, cabe refletir um pouco. Salvador cresceu e se tornou uma das metrópoles do país, a terceira mais populosa; em função da própria história, foi onde a mestiçagem obteve maior intensidade; é o local com maior população negra fora da África; e acabou se tornando a cidade mais racista do país. A pergunta é: com todos esses atributos, para que serve a cor dessa cidade?

Referências

- AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Livraria Martins, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira*. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.
- BACELAR, Jeferson. *Etnicidade – ser negro em Salvador*. Salvador: Ianamá, 1989.
- BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras Editora, 2008.
- SODRÉ, Muniz. Sobre imprensa negra. *Lumina – Facom*, Juiz de Fora-MG: UFJF, v. 1, n. 1, p. 23-32, jul./dez. 1998.